



**PINE INVESTIMENTOS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2022

***Pine Investimentos
Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários Ltda.***

*Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2022
e relatório do auditor independente*



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Senhores Cotistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Pine Investimentos), para o semestre findo em 30 de junho de 2022 , acompanhadas das devidas notas explicativas e do relatório do auditor independente.

A Administração

18 de agosto de 2022.

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais - R\$)



ATIVO	Notas	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	1	88
Ativos Financeiros	5	2.297	2.322
Títulos e valores mobiliários		2.297	2.322
Ativos Fiscais	6	204	162
Outros Ativos		2.595	2.432
Despesas antecipadas		125	34
Diversos	7	2.470	2.398
TOTAL DO ATIVO		5.097	5.004

PASSIVO	Notas	30/06/2022	31/12/2021
Outros Passivos		282	180
Fiscais e previdenciárias	8	214	179
Diversas		68	1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	4.815	4.824
Capital social		4.765	4.765
De domiciliados no país		4.765	4.765
Outros resultados abrangentes		-	(57)
Reservas de Lucros		50	116
TOTAL DO PASSIVO		5.097	5.004

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de Reais - R\$)



	<u>Notas</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		119	36
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11.a	119	36
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(96)	-
Operações de Captação no Mercado		(96)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		23	36
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(133)	(337)
Outras despesas administrativas	11.c	(82)	(248)
Despesas tributárias	11.d	(67)	(63)
Outras receitas operacionais	11.e	109	19
Outras despesas operacionais	11.f	(93)	(45)
RESULTADO OPERACIONAL		(110)	(301)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(110)	(301)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	44	120
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(66)	(181)
PREJUÍZO POR COTA			
Prejuízo por cota		(0,07)	(0,20)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais - R\$)



	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Prejuízo do semestre	(66)	(181)
Outros ajustes abrangentes	57	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	95	-
Imposto de renda e contribuição social	(38)	-
Prejuízo abrangente do semestre	(9)	(181)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
		Capital Social	Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		13.385	411	1.632	-	-	15.428
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(181)	(181)
Absorção do prejuízo		-	-	(181)	-	181	-
Saldos em 30 de junho de 2021		13.385	411	1.451	-	-	15.247
Saldos em 31 de dezembro de 2021		4.765	103	13	(57)	-	4.824
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(66)	(66)
MTM de títulos disponíveis para venda		-	-	-	57	-	57
Absorção do prejuízo		-	(53)	(13)	-	66	-
Saldos em 30 de junho de 2022		4.765	50	-	-	-	4.815

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo ajustado		(197)	(320)
Prejuízo do semestre		(66)	(181)
Atualização de depósitos judiciais		(87)	(19)
Impostos diferidos		(44)	(120)
Varição de ativos e passivos		110	13.121
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		82	13.368
(Aumento) Redução de outros ativos		(118)	(137)
Aumento (Redução) de outros passivos		146	(110)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		(87)	12.801
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(87)	12.801
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	88	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	1	12.801

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Pine Investimentos") é uma sociedade limitada, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e tem como objetivo social, principalmente, intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e organizar, administrar fundos e clubes de investimentos.

As operações da Pine Investimentos são conduzidas no contexto de instituições que atuam integradamente, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da Pine Investimentos são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Pine Investimentos em 18 de agosto de 2022, dentre outras providências.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Pine Investimentos são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes
Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

Instrumentos Financeiros

Resolução CMN nº 4.966/21 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção contábil de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Resolução estabelece a obrigação de remessa ao Bacen de um plano para a implementação da regulamentação prevista na norma. A Pine Investimentos já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 92/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência mensal.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam baixo risco de mudança de valor justo, que são utilizados pela Pine Investimentos para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do Bacen, os títulos e valores mobiliários da Pine Investimentos são classificados na categoria "títulos disponíveis para venda".

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a DTVM não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

d) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

e) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, e Carta-Circular nº 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas: é determinado à probabilidade de quaisquer julgamento ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

g) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social - 15%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

A alíquota da CSLL, para distribuidoras de valores mobiliários, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, nos termos do Art. 1º, inciso I.

h) Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações; determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros; e provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

i) Resultado Não Recorrente

A Resolução BCB nº 2 de 06 de agosto de 2020 estabeleceu que é considerado resultado não recorrente o resultado que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades ⁽¹⁾	1	88
Total	1	88

(1) Refere-se a disponibilidades em conta corrente no Banco Pine S.A. (controlador).

5. ATIVOS FINANCEIROS

	30/06/2022				31/12/2021		
	Valor de Mercado/ Contábil		Total		Total	Valor de Curva	Marcação a mercado
	De 1 a 3 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a mercado			
Títulos e Valores Mobiliários							
Títulos disponível para a venda							
Carteira própria							
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	2.322	2.417	(95)
Total de títulos disponíveis para a venda	-	-	-	-	2.322	2.417	(95)
Títulos para negociação ⁽¹⁾							
Carteira própria							
CDB - certificados de depósitos bancários	2.297	2.297	2.297	-	-	-	-
Total de títulos para negociação	2.297	2.297	2.297	-	-	-	-
Total de títulos	2.297	2.297	2.297	-	2.322	2.417	(95)

(1) Os títulos classificados na categoria "disponível para negociação" estão demonstrados pelo prazo do papel.

6. ATIVOS FISCAIS

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução BCB nº 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

Em 30 de junho de 2022, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	30/06/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízo fiscal/base negativa	110	66	176	78	46	124
MTM de títulos disponíveis para a venda	-	-	-	24	14	38
Outras provisões	17	11	28	-	-	-
Total	127	77	204	102	60	162

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	30/06/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	133	80	213	111	67	178
Total	133	80	213	111	67	178

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	30/06/2022	31/12/2021
	Saldo Inicial	162
Constituição	1.228	1.386
Reversão	(1.186)	(1.224)
Saldo Final	204	162

Obrigações fiscais diferidas	30/06/2022	31/12/2021
	Saldo Inicial	178
Constituição	1.184	1.952
Reversão	(1.149)	(1.926)
Saldo Final	213	178

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	30/06/2022			
	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
Até 1 ano	-	-	-	23
De 1 a 2 anos	17	10	27	15
De 2 a 3 anos	13	8	21	36
De 3 a 4 anos	36	21	57	31
De 4 a 5 anos	62	37	99	19
Total	128	76	204	124

Obrigações fiscais diferidas	30/06/2022		
	IRPJ	CSLL	Total
De 8 a 10 anos	133	80	213
Total	133	80	213

Obrigações fiscais diferidas	31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total
De 8 a 10 anos	111	67	178
Total	111	67	178

7. OUTROS ATIVOS - Diversos

	30/06/2022	31/12/2021
Devedores por depósito em garantia ⁽¹⁾	2.395	2.308
Impostos e contribuições a compensar	45	45
Outros	30	45
Total	2.470	2.398

(1) Em 30 de junho de 2022 é representado, principalmente, por R\$2.074 (R\$1.995 em 31 de dezembro de 2021) referente a atualização monetária de depósito judicial de processos fiscais.

8. OUTROS PASSIVOS - Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a recolher	1	1
Provisão para IR e CS diferidos	213	178
Total	214	179

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existem ativos contingentes registrados.

b) Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza:

A Pine Investimentos obteve decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pela Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 30 de junho de 2022 os depósitos judiciais referentes à COFINS representavam R\$2.074 (R\$1.995 em 31 de dezembro de 2021).

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 30 de junho de 2022, os depósitos relativos ao PIS, representavam R\$321 (R\$313 em 31 de dezembro de 2021).

c) Movimentação das provisões passivas:

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existem obrigações ou processos classificados em perdas prováveis ou possíveis que requerem, respectivamente, provisão ou divulgação nas movimentações das provisões passivas.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2022 o capital social está representado por 892.300 cotas, no valor nominal de R\$5,34 cada uma (R\$5,34 cada cota em 31 de dezembro de 2021).

Em 29 de setembro de 2021 foi autorizada pelo Banco Central a redução de capital de R\$10.378 onde o Capital Social passou a ser R\$3.007, dividido em 892.300 quotas de R\$3,37.

Em 10 de novembro de 2021 foi autorizado pelo Banco Central o aumento do capital de R\$1.758 sendo, R\$ 1.450 de reserva estatutária e R\$ 308 de reserva legal, passando a ser R\$4.765 representado por 892.300 cotas, no valor nominal de R\$5,34 cada uma.

b) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros da Pine Investimentos é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social da Pine Investimentos, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. A Pine Investimentos não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do Estatuto Social, a Pine Investimentos deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Pine Investimentos. Ademais, a Pine Investimentos poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Pine Investimentos.

O saldo de reserva estatutária excedente ao referido limite estabelecido no Contrato Social da Pine Investimentos será submetido a deliberação dos cotistas em reunião de sócios.

11. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	30/06/2022	30/06/2021
Receitas de operações com títulos de renda fixa	3	-
Rendas de certificado de depósito bancário	116	36
Total	119	36

b) Operações de Captação no Mercado

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de operações com títulos de renda fixa	96	-
Total	96	-

c) Outras Despesas Administrativas

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com serviços técnicos especializados	27	47
Despesas com serviços do sistema financeiro	1	1
Rateio de despesas administrativas ⁽¹⁾	3	1
Despesas de publicações	15	27
Outras despesas administrativas ⁽²⁾	36	172
Total	82	248

(1) Refere-se ao rateio das despesas incorridas individualmente para a manutenção da Estrutura de Gerenciamento junto a controladora.

(2) Refere-se, substancialmente, a despesa com processos fiscais.

d) Despesas Tributárias

	30/06/2022	30/06/2021
COFINS	4	63
PIS	1	-
Outros ⁽¹⁾	62	-
Total	67	63

(1) Em 30 de junho de 2022, é representado, principalmente, por tributos federais de processo de desmutualização.

e) Outras Receitas Operacionais

	30/06/2022	30/06/2021
Atualização monetária ativa - depósitos judiciais	87	19
Outras receitas operacionais	22	-
Total	109	19

f) Outras Despesas Operacionais

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Processos Trabalhistas e Cíveis	89	-
Taxas CVM	4	45
Total	93	45

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	30/06/2022	30/06/2021
Prejuízo antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL), deduzido as participações no resultado	(110)	(301)
Alíquota vigente	40%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	44	120
Imposto de renda e contribuição social	44	120
Sendo:		
Impostos diferidos	44	120
Despesa contabilizada	44	120

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021
Disponibilidades	1	88	-	-
Banco Pine S.A.	1	88	-	-
Ativos Financeiros	2.297	-	116	36
Banco Pine S.A.	2.297	-	116	36
Outros Passivos	-	-	3	1
Banco Pine S.A.	-	-	3	1

14. GESTÃO DE RISCOS

a) Introdução e visão geral

A Pine Investimentos está exposta aos riscos de mercado, liquidez e operacional, os quais são continuamente monitorados e geridos pela área de riscos e pela Administração.

Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Pine Investimentos está de acordo com as regulamentações no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de mercado, liquidez e operacional é realizado de forma centralizada por unidade independente, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos para o Conglomerado Pine. O objetivo do controle centralizado é prover aos Executivos uma visão global das exposições do Conglomerado Pine, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

No processo de governança de riscos e capital, o Conglomerado Pine estabelece a sua estratégia com o objetivo de garantir nível adequado do apetite a riscos para as exposições assumidas de forma integrada, considerando o monitoramento contínuo do potencial de perdas, com reportes tempestivos e alinhado com a estratégia de negócios e a perpetuidade das atividades da instituição. A estrutura de gerenciamento tem o objetivo de garantir que os riscos sejam identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados em concordância com os objetivos no planejamento de capital.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

No semestre findo em 30 de junho de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Pine Investimentos não realizou operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Resultado Recorrente e Não Recorrente

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 a Pine Investimentos não possuía resultados não recorrentes.

c) Outros Assuntos

Dada a continuidade da pandemia causada pelo novo Coronavírus (Covid-19), a Pine Investimentos segue monitorando os efeitos que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados, e manteve as medidas adotadas em 2021, atuando tempestivamente em resposta ao dinamismo do cenário atual. Mais informações sobre o impacto da pandemia podem ser encontrados no relatório gerencial do Consolidado do Banco Pine, disponível no site de Relações com Investidores www.ri.pine.com.

A DIRETORIA

CONTADORA

Renata Leme Borges dos Santos - CRC SP 241045/O-0

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ nº 92.236.777/0001-78
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830 - 4º andar | São Paulo – Brasil

